



SOCIEDADE

Brasil vira epicentro de grupos antivacina

Estudo mostra que país é responsável por 40% das mentiras sobre todo tipo de imunizante que circula no Telegram. Disseminação de falsidades vem junto de supostos tratamentos em substituição aos fármacos

» ISRAEL MEDEIROS

O negacionismo do governo de **Jair Bolsonaro** na pandemia de covid-19 e a falta de regulação nas redes ajudou a transformar a desinformação sobre vacinas em um modelo de negócios no Brasil. Em centenas de comunidades no Telegram, conspiracionistas atribuem supostos danos à saúde às vacinas e vendem produtos e cursos como “antídotos”. Um estudo do Laboratório de Estudos sobre Desordem Informacional e Políticas Públicas (DesinfoPop), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta o país como responsável por 40% de todo o conteúdo antivacina na América Latina e Caribe que circulam em comunidades sobre teorias da conspiração.

Parte disso se dá pelo tamanho da população brasileira, em comparação a outros países da América Latina. Mas o posicionamento de autoridades sanitárias durante a pandemia foi um fator relevante, segundo o estudo. Durante a crise sanitária, Bolsonaro e seus apoiadores criticaram as vacinas e levantaram dúvidas sobre a eficácia do medicamento. O governo, à época, atrasou a compra de imunizantes — dados atualizados até junho de 2025 mostram que 716.238 morreram —, promoveu medicamentos sem qualquer eficácia para o tratamento da covid-19 e se disse contra as medidas de isolamento social, recomendadas por especialistas, para frear a disseminação do vírus. No auge da pandemia, em abril de 2021, o Brasil chegou a ter mais de 4 mil mortes diárias.

Essa postura, segundo o coordenador do estudo, o pesquisador Ergon Cugler, foi um fator fundamental para dar combustível a conspiracionistas e multiplicar conteúdos enganosos nas redes sociais. “Muitas mensagens que a gente encontra nessas comunidades de teorias da conspiração mencionam desde o próprio presidente Jair Bolsonaro — porque algumas são mensagens antigas — até a postura do Ministério da Saúde (da época). Diziam, por exemplo: ‘O Ministério da Saúde ainda não liberou as vacinas, então elas ainda não são seguras. O que a gente consegue atestar é que quando esse tipo de assunto parte de uma autoridade pública, seja Jair Bolsonaro, seja Donald Trump (que recentemente disse, sem provas, que o Tylenol causa autismo) defendendo essa visão, isso incendeia o

JOEL SAGET / AFP



Negacionistas antivax avançaram nas redes sociais durante o governo Bolsonaro e, hoje, fazem da desinformação uma forma de ganhar dinheiro

CPI gera inquérito

O Supremo Tribunal Federal abriu, em setembro, um inquérito contra Jair Bolsonaro com base no relatório da CPI da Covid, de 2021, que atribuiu ao ex-presidente nove crimes, incluindo charlatanismo e infração às medidas sanitárias. O relatório da CPI também pediu o indiciamento dos ex-ministros Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga, que estiveram à frente da pasta da Saúde no governo Bolsonaro.

conspiracionismo”, adverte Cugler.

Os pesquisadores analisaram mais de 80 milhões de mensagens publicadas entre 2016 e 2025, em 1.785 comunidades focadas em teorias da conspiração, em 18 países. Em todas as nações analisadas, houve uma explosão no volume de mensagens sobre vacinas durante a pandemia: o número cresceu 689,4 vezes na comparação entre 2019 (último ano antes da pandemia) e 2021.

“O Brasil virou o epicentro latino-americano da desinformação

antivacina. Isso não acontece por acaso: temos um ambiente digital que ainda engatinha no debate da regulação, plataformas que lutam com o engajamento do medo e desafios estruturais que permitem que o discurso conspiratório floresça”, aponta Cugler.

Modelo de negócio

Com a alta na procura por alternativas às vacinas, a propagação de informações falsas sobre os imunizantes virou um modelo de negócio. O modus operandi é simples: usuários do Telegram atribuem danos ou efeitos colaterais adversos inexistentes às vacinas e, na sequência, vendem produtos que prometem anulá-los ou curá-los. O estudo do DesinfoPop identificou 175 supostos danos atribuídos às vacinas sem qualquer comprovação ou fonte confiável. O boato mais comum reproduzido nesses grupos é o de que alguns imunizantes provocariam morte súbita. Essa mentira esteve presente em 15,7% (234 mil) de todas as mensagens que mencionam vacinas nas comunidades da América Latina e do Caribe.

Há, também, outras teorias da conspiração, como a que diz que as vacinas alterara o código genético,

provocam infecção por HIV, envenenam, desenvolvem câncer — ou de um “câncer turbo”, como dizem algumas publicações mentirosas —, provocam aborto espontâneo ou são vetores para injeções de microchips. O estudo também mapeou 80 substâncias, produtos ou práticas difundidas como “antídotos”. Em geral, essas “soluções” misturam pseudociência, espiritualidade e produtos pagos. A prática mais comum (2,2% do total compartilhado) foi a do “aterramento”, que consiste em andar descalço para, segundo os conspiracionistas, “limpar as energias do corpo”.

No bojo, diversas substâncias são colocadas à venda, inclusive, algumas prejudiciais à saúde, como o dióxido de cloro, vendido como “solução mineral milagrosa”. A ivermectina — amplamente defendida por Bolsonaro e seus apoiadores como antídoto à covid-19 na pandemia — também é citada em mensagens como um “detox vacinal”. Outras substâncias comercializadas em grupos de teorias da conspiração prometem remover “metais” da vacina, “limpar células”, expelir toxinas, bloquear “radiações vacinais” e fazer “limpezas espirituais e físicas”.

“Essa fusão discursiva cria o que chamamos de pseudocausalidade

científica: uma retórica que simula coerência técnica para gerar pânico moral. O resultado é um mercado paralelo de curas milagrosas e terapias alternativas que transforma o pânico em economia. O fenômeno é amplificado por influenciadores autodeclarados ‘especialistas’ que monetizam a desinformação e reforçam a ideia de que a ciência ‘mainstream’ estaria capturada por interesses ocultos”, diz o estudo.

O levantamento também identificou uma integração entre comunidades. Os pesquisadores encontram textos idênticos sobre soluções milagrosas para supostos problemas em vacinas em comunidades de países diferentes. Nas brasileiras no Telegram, por exemplo, é comum encontrar textos traduzidos publicados em grupos antivax estrangeiros.

Com a mudança de governo, o Ministério da Saúde voltou a organizar campanhas de vacinação e a divulgá-las em meios de comunicação de massa. Mas o impacto da desinformação nos últimos anos ainda é visível. O estudo apontou que, ao menos no Telegram, o volume de conteúdos antivacina diminuiu, mas nunca retornou ao patamar pré-pandêmico: em 2025, ainda circulam 122,5 vezes mais conteúdo antivax nas comunidades do que em 2019.

OUTUBRO ROSA

Carretas vão às mulheres com atendimento contra câncer

» LETÍCIA CORRÊA*
» CAETANO YAMAMOTO*

O Ministério da Saúde lançou mais uma etapa do atendimento móvel a pacientes da rede pública, com as carretas do programa Agora Tem Especialistas. Nessa etapa, cinco carretas de saúde da mulher chegam a municípios de Alagoas, do Rio Grande do Sul, Pará e Piauí, além do Distrito Federal.

No âmbito da campanha Outubro Rosa, serão oferecidos consultas, exames, biópsias e diagnósticos como foco na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de mama e de colo do útero. Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o objetivo do programa é reduzir o tempo de espera para exames e procedimentos.

No total, 28 carretas estarão operando em 22 unidades da Federação de todas as regiões do país. A meta do programa é de alcançar 150 unidades móveis em circulação até 2026.

O ministro anunciou, ontem, a incorporação do uso do medicamento Emicizumabe para crianças de zero a seis anos com hemofilia A — um distúrbio genético hereditário que causa problemas na coagulação do sangue devido à deficiência ou anormalidade do fator VIII de coagulação e que requer constante acompanhamento.

O medicamento, que está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) para outras faixas etárias, tem potencial para beneficiar mais de mil pacientes com hemofilia infantil. Além de reduzir em aproximadamente 90% os episódios de sangramento causados pela doença, o remédio também diminui hospitalizações, previne sequelas articulares e garante mais conforto, segurança e qualidade de vida à criança.

Metanol

Padilha fez, ainda, um balanço da crise sanitária provocada pela falsificação de bebidas com metanol. Conforme disse, as intoxicações não configuraram um surto nacional, pois os casos estão concentrados sobretudo no estado de São Paulo. Segundo o ministro, as bebidas destiladas podem ser consumidas normalmente, desde que o usuário tenha certeza da origem.

“A preocupação que as pessoas tinham de ser uma crise disseminada no país não se configurou. A gente já fazia uma avaliação de que esse caso, de fato, era concentrado em São Paulo”, disse.

No mais recente boletim sobre a intoxicação, divulgado na quarta-feira pelo Ministério da Saúde, são 112 os casos notificados. Desses, 53 foram confirmados laboratorialmente e 59 estão sob investigação. Dez óbitos foram confirmados, e existem mais 11 mortes suspeitas. Em São Paulo, são 43 registros confirmados e três óbitos. O Paraná teve seis casos e um óbito e Pernambuco, três casos e duas mortes.

Padilha frisou que o ministério acompanhará as investigações até que se consiga identificar de onde vieram as bebidas adulteradas. No último dia 4, o ministério anunciou a aquisição de 2,5 mil doses de fomepizol (o medicamento específico para a intoxicação por metanol) e mais 12 mil ampolas de etanol farmacêutico. O primeiro lote de fomepizol chegou em 9 de outubro.

A maior parte das doses do medicamento foi destinada a São Paulo, sendo que o Distrito Federal recebeu 20 ampolas. **(Com Agência Brasil)**

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

HISTÓRIA

Ex-PGR: Canudos pouco mudou 128 anos após guerra

» LUANA PATRIOLINO

O ex-procurador-geral Augusto Aras defendeu mais investimentos do governo e da iniciativa privada na região de Canudos — palco de uma guerra que, há 128 anos, resultou na morte de aproximadamente 25 mil brasileiros e na completa destruição do segundo maior povoamento do Nordeste. Ao **Correio**, ele disse que, mais de um século depois da devastação, a região segue às voltas com problemas relacionados à seca e ao uso da terra.

O ex-procurador-geral da República é neto do escritor, pesquisador, folclorista baiano José Aras, o primeiro estudioso brasileiro a apresentar a Guerra de Canudos na perspectiva dos sertanejos, em contraposição à versão imortalizada em *Os Sertões*, do jornalista e escritor Euclides da Cunha. “Com

água para irrigação e regularização fundiária, Canudos poderia se tornar um grande polo de produção do agronegócio e de outras atividades econômicas”, disse o ex-PGR.

A cobrança de Aras ocorre um mês depois de um grupo de seis moradores da cidade protocolarem uma ação popular contra a União pedindo reparação pelo massacre que arrasou Canudos. Eles exigem um pedido formal de desculpas à população e uma indenização de R\$ 300 milhões para o município.

No estudo elaborado por José Aras, ele entrevistou dezenas de sobreviventes que conviveram com Pajeú, João Abade e outras figuras próximas de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, líder comunitário e religioso de Canudos. A partir do relato de ex-combatentes e de parentes de vítimas do massacre, ele compôs,

em forma de cordel, o *Meu folclore*, e, em prosa, *Sangue de Irmãos — Canudos por dentro, No Sertão do Conselheiro*, entre registros históricos das etnias indígenas locais e do meteorito Bendegó (em exibição no Museu da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, e que sobreviveu ao incêndio de 2018). *Sangue de Irmãos* teria sido, inclusive, uma das fontes utilizadas pelo escritor Mario Vargas Llosa para escrever *A Guerra do Fim do Mundo*.

“Chamar Antônio Conselheiro de fanático foi a primeira fake news da nossa história. O que ele fez foi liderar uma experiência comunitária, que desagradou à República, a nascente ‘política dos governadores’ e a parte da Igreja daquele período”, afirmou Aras, depois de participar, no início do mês, de uma solenidade do Programa Justiça e Cidadania em Canudos.

Antonio Augusto/Secom/PGR



Aras é neto de pesquisador que contou a história de Canudos por outra ótica